

ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE MOÇAMBIQUE: UM OLHAR SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE 1994 A 2009¹

Acrísio Pereira Victorino²
Carlos Augusto da Silva Souza³

Resumo: O debate sobre o comportamento alienado do eleitor tem sido um dos grandes desafios dentro da dimensão eleitoral das democracias representativas. Sendo assim, o presente artigo apresenta como objetivo analisar os fatores que desencadeiam a expansão deste fenômeno. Procurou-se resgatar as principais contribuições dos estudos já desenvolvidos e aplicá-los na análise das eleições presidenciais de Moçambique. A metodologia do estudo foi quantitativa, baseada nos dados eleitorais de 1994 a 2009 e dados secundários sobre indicadores socioeconômicos. O estudo procurou avaliar até que ponto as condições socioeconômicas estimulam, retraem ou interferem no comportamento alienado dos eleitores. Os resultados encontrados apontam para uma complexidade em torno dos fatores condicionantes do comportamento do eleitorado, embora as análises estatísticas correlacionem alguns dos principais achados sobre a causalidade deste fenômeno, ocorrerem divergências em torno de algumas variáveis

Palavras chave: Alienação Eleitoral; Voto; Eleições Presidenciais

Recebido em: 02/06/2018

Aceito em: 7/08/201

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no IV Workshop sobre comportamento político e opinião pública, realizado entre os dias 21 e 22 de Novembro de 2017. Os autores agradecem a Glauco Akelinghton Vitiello, da Universidade Estadual de Londrina (UEL); e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradecem também os pareceristas anônimas da Revista Teoria & Pesquisa. Os equívocos remanescentes são de responsabilidade dos autores

² Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL/UFPel) bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS/CAPES). Contato: acrisio.victorino@gmail.com

³ Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Professor de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará – UFPA. Contato: carlossouza@ufpa.br

ELECTORAL ALIENATION IN THE PRESIDENTIAL ELECTIONS OF MOZAMBIQUE: A LOOK AT SOCIOECONOMIC CONDITIONS FROM 1994 TO 2009

Abstract: The debate on the alienated behavior of the elector has been one of the major challenges within the electoral dimension of representative democracies. Thus, this article presents the objective of analyzing the factors that trigger the expansion of this phenomenon. We sought to rescue the main contributions of the studies already developed and apply them in the analysis of the presidential elections in Mozambique. The methodology of the study was quantitative, based on the electoral data from 1994 to 2009 and secondary data on socio-economic indicators. The study sought to assess the extent to which socioeconomic conditions stimulate, retract or interfere in the alienated behavior of voters. The results found indicate a complexity around the conditioning factors of the variation in the behavior of the electorate, although the statistical analyses correlate some of the main findings on the causality of this phenomenon, although Divergences occur around some variables

Key words: Electoral Alienation; Vote; Presidential Elections

1. Introdução

Nas democracias modernas as eleições produzem a legitimidade do sistema político e a representação necessária para o seu funcionamento, sendo cruciais para formação dos governos. Entretanto, nota-se que nem todos os indivíduos exercem seu direito de voto no processo eleitoral. Esse cenário passou a ser estudado principalmente a partir da década de 1990, devido ao notável crescimento das abstenções, votos nulos e brancos, seja em países que adotam o voto compulsório quanto naqueles que utilizam o voto facultativo. Além disto, este fenômeno tem se expressado em diferentes regiões do planeta, seja na Europa, Estados Unidos, América Latina e África⁴.

Sendo o voto uma condição importante na participação política; a não participação eleitoral, coloca em dúvida a legitimidade da própria democracia representativa. O declínio da participação eleitoral encontra explicações na teoria sociológica, psicológica e econômica do voto, porém, as pesquisas têm indicado que, devido às especificidades de cada país, esse fenômeno pode apresentar explicações diferenciadas. Nas democracias ocidentais, por exemplo, a metamorfose partidária é tida como uma das causas fundamentais para a ocorrência desse fenômeno, enquanto que nas democracias emergentes (América Latina e África), fatores como baixa escolaridade, limitações ao acesso à informação, pobreza, entre outros corroboram no declínio da participação eleitoral⁵ (Figueiredo, 1991; Freire & Magalhães, 2002; Ramos, 2006; Borba, 2008; Oliveira, 1999; Silva, 2013; Victorino, 2016).

No processo de competição eleitoral, para a definição dos vencedores, as regras eleitorais têm estabelecido três variáveis distintas para a produção de resultados: 1) os votos válidos que são aqueles contabilizados e distribuídos por candidatos elegíveis; 2) os votos inválidos que incorporam os nulos e brancos e são descartados na elegibilidade dos candidatos, e 3) as abstenções que são referentes aos eleitores aptos e cadastrados que não comparecem no dia da eleição. Para efeito, neste se concentrará apenas nos dois últimos indicadores, que segundo Santos (1987) são aqueles que compõem a alienação eleitoral, uma vez que este fenômeno tem sido percebido como ausência de participação, dificuldade de escolha, descontentamento ou indiferença.

Entretanto, compreender os fatores que incidem na alienação eleitoral tem sido um dos grandes empreendimentos de diversos pesquisadores da área. Não obstante o maior interesse em compreender a complexidade em torno da escolha do eleitor, a maioria dos estudos tiveram como foco as democracias industriais avançadas, deixando de lado as democracias emergentes referenciadas por Huntington (1994) como aquelas "da terceira onda de democratização", como por exemplo, as existentes na América Latina e África, e, no caso deste estudo, a recente democracia Moçambicana (Fornos, 2004; Victorino, 2016).

⁴ Sobre o comparecimento nas eleições ver em Justel (1995); Perea (1999); Lane e Ersson (1999); Freire (2000); Magalhães (2001); Wattenberg (2000); Costa (2007) e Brito (2005) sobre dados de vários países. De referir que Moçambique incorporou o voto facultativo desde as primeiras eleições em 1994.

⁵ Freire e Magalhães (2002) apresentam um quadro da abstenção no período de 1970-1999 na Europa.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar os indicadores da alienação eleitoral em Moçambique nas últimas eleições e sua relação com os indicadores socioeconômicos que diferenciam as diversas províncias componentes da geografia política de Moçambique. Para efeito desta pesquisa, usamos o conceito de alienação eleitoral nos moldes de Santos (1987), referente ao somatório das abstenções, votos brancos e nulos, que oferecem oportunidades para entender a ausência de participação, protesto ou descontentamento com os partidos e candidatos que se lançam no mercado de votos.

Diversos estudos tem procurado conhecer as bases causais do comportamento eleitoral e vários autores tem buscado interpretar fatores que interferem no comportamento do eleitor, principalmente nas democracias em desenvolvimento (Santos, 1987; Lima Júnior, 1990, Borba, 2008; Figueiredo, 2008; Brito, 2009a; Nicolau, 2012; Tollenaere, 2013; Silva et al, 2014; Ribeiro, 2015; Victorino, 2016; Forquilha, 2017).

Assim, com vista a cumprir com os objetivos, o artigo estruturou-se da seguinte forma: na próxima seção faremos um breve resgate da literatura sobre alienação eleitoral, evidenciando as principais explicações sobre as bases causais em torno do assunto. Na sequência apresentamos os dados sobre a variação do cadastramento eleitoral nas eleições presidenciais em Moçambique dando destaque para as abstenções eleitorais. Consequente, apresentamos o cenário desagregado da alienação eleitoral a nível nacional, para, em seguida estabelecer a discussão dos resultados obtidos, e por fim a consideração final que destaca os principais aspectos evidenciados no trabalho.

2. Debate em torno das causalidades da alienação eleitoral

No Brasil, o tema da alienação eleitoral concentra uma parcela considerável de estudos que procuram entender a produção deste fenômeno e sua relação com indicadores socioeconômicos nas eleições presidenciais. Em Moçambique os estudos sobre este tema são escassos e se concentram em torno do comparecimento ou da abstenção eleitoral, assim como, voltado apenas para a avaliação dos votos brancos e nulos de forma isolada. Apesar de se constituírem em sistemas eleitorais diferentes, já que o Brasil adota o sistema proporcional de lista aberta e Moçambique o sistema proporcional com lista fechada, a literatura produzida em ambos os países se constituíra como ponto de partida para a compreensão do fenômeno no caso Moçambicano.

Santos (1987), em seu livro *"Crise & Castigo"*, realizou o primeiro grande estudo sobre a alienação eleitoral no Brasil, onde verificou que os elementos componentes da alienação eleitoral seriam resultados da reprovação pelo eleitor da conjuntura política, econômica e institucional em que estão inseridos os atores no jogo político. Para o autor não há diferença causal entre as três variáveis que compõem a alienação eleitoral (abstenção, voto nulo e branco). Os eleitores são agentes racionais e estabelecem um cálculo quanto ao grau de incerteza em torno do desdobramento do processo político e do retorno esperado do voto.

Assim, quanto maior a incerteza do eleitor, maior é a taxa da alienação eleitoral, evidenciada em abstenções, votos brancos e nulos.

Outro autor importante na interpretação do fenômeno foi Olavo Brasil de Lima Júnior que em seu artigo "*Alienação eleitoral e seus determinantes*" (1990) e no seu livro "*Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*" (1993), criticou as conclusões de Santos justamente por estabelecer as mesmas causas a fenômenos distintos. De acordo com Lima Júnior (1990, 1993), os determinantes das abstenções eleitorais não são as mesmas dos votos brancos e nulos. [...] o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou anular o voto (Lima Júnior, 1993: 101).

A análise do autor partiu da desagregação dos componentes da alienação eleitoral e propôs duas hipóteses a serem testada. A primeira relacionada a fatores ecológicos, notadamente vinculados às distâncias a serem percorridas para exercício do ato de votar, que afetariam as abstenções em algumas localidades e, a segunda, ligada a fatores socioeconômicos de natureza individual (escolaridade, renda, urbanização, etc.) que também afetariam as abstenções, pois quanto menores os padrões de desenvolvimento socioeconômico nos municípios, maiores seriam as dificuldades da população para escolher, influenciando o não comparecimento.

Costa (2007), em "*Democracia e Representação Política no Brasil*" buscou analisar a alienação eleitoral, resgatando a visão de Santos (1987), sobre a necessidade de ler o fenômeno a partir de motivações racionais. Porém, Costa (2007), estabeleceu como parâmetro teórico, modelos do comportamento eleitoral, crise dos partidos políticos e da representação política, além do uso de variáveis ecológicas e socioeconômicas tais como: extensão territorial, densidade eleitoral, índice de desenvolvimento humano, índice de exclusão social e região geográfica.

Buscando, relacionar fatores que impactam na alienação eleitoral em eleições presidenciais, o autor sugere a seguinte hipótese "[...] cada eleitor comparece e deposita seu voto válido se imagina que o resultado da eleição lhe trará consequências positivas; caso contrário, não comparece ou, comparecendo, invalida o voto ou vota em branco" (Costa, 2007: 73).

Julian Borba (2008), em seu artigo "*As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil*", optou pela perspectiva similar a de Costa (2007), porém buscou incluir em sua análise para além das explicações racionalistas, deu ênfase à dimensão da cultura política. Entretanto, o autor chegou aos seguintes resultados: em relação à abstenção, quanto maior for à renda e a escolaridade do eleitor, menores são as chances do eleitor se abster. Quanto às variáveis atitudinais os dados encontrados indicam que a decisão de comparecer e/ou se abster é pouco relacionada à forma como o cidadão percebe a política e suas instituições, pois o autor não encontrou nenhuma associação significativa entre estas variáveis (Borba, 2008: 150 -151). Os votos nulos e brancos por outro lado obedecem a uma outra lógica, pois os eleitores que avaliam negativamente o funcionamento das instituições políticas são mais propensos a votar nulo/branco (p. 151).

Simone Bohn (2009), em “Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro”, livro organizado por Baquero (2009), que conta com seu artigo, intitulado “Determinantes regionais da abstenção em eleições municipais e engajamento cívico com o poder local”, deu mais ênfase a questões em torno da alienação eleitoral no âmbito local. Esse foco nas eleições locais se estabeleceu pelo fato do município ser a [...] menor comunidade política à qual os eleitores pertencem e os representantes locais tendem a serem as lideranças políticas mais próximas dos indivíduos. A possibilidade de participar de sua escolha dá aos eleitores um senso de eficácia: a ideia de que seu voto importa. Também os faz sentirem-se incluídos no sistema político (Bohn, 2009: 18)⁶.

Já o estudo de Silva (2013) usa dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, para investigar os determinantes da alienação eleitoral em 2002 nas eleições Presidências Brasileiras. Usando o modelo de correlação de *pearson* e regressão para análise das variáveis sociais e atitudinais, descobre que elas são significativas na alienação eleitoral. Destaca as seguintes conclusões: a) os determinantes das abstenções não são os mesmos do voto inválido; b) em relação às abstenções, o autor apontou a existência de barreiras “[...] oriundas da própria estrutura social marcadamente desigual no país, criando obstáculos sociais que pesam no momento decisório de se dirigir às urnas” (Silva, 2013: 131); e por fim, c) o autor reafirma a necessidade de rever a tese do protesto, já que partes das anulações estão associadas a baixos indicadores de escolaridade⁷, conforme os dados agregados indicaram.

No seu mais recente artigo “Votos Brancos e Nulos no Brasil: Bases cognitivas e atitudinais” realizado por Rafael Silva, Éder Gimenes, Julian Borba e Ednaldo Ribeiro (2014), buscaram analisar as bases cognitivas e atitudinais dos votos brancos e nulos, tendo como marco teórico o debate sobre o voto econômico desenvolvido por Key (1966) e o voto economicista de Kramer (1971) e Tufté (1978). Os autores apresentam as seguintes variáveis centrais divididas em três dimensões: sendo a primeira “[...] no âmbito socioeconômico, foram selecionadas as seguintes variáveis: sexo (binária, 1 homem e 0 mulher), idade (total de anos de vida, com escala de 18 a 89 anos) e escolaridade (total de anos de estudo, com escala de 0 a 17 anos), esta última visando testar a tese da baixa sofisticação” (Silva et al, 2014: 69). A segunda “[...] variáveis atitudinais, foram escolhidos o Índice de Confiança Institucional (índice somatório de confiança no Congresso, nos partidos políticos, na Justiça e no Governo Federal, com escala de 4 a 28 pontos) e de Confiança no processo eleitoral (escala de 1 a 7 pontos)” (*idem*). E por último “[...] Índice de Avaliação da Economia, formado pela soma das avaliações

⁶ Troustine (2009), na análise sobre eleições norte-americanas, apontou, que os estudos de política local têm ganhado preferência e precisam ser reconsiderados por três razões básicas: a) os resultados locais interferem nos outros níveis decisórios da federação; b) trazem novos desafios metodológicos; e c) tem-se um conjunto de questões e problemas que não estão presentes nas dinâmicas políticas nacionais.

⁷ Novamente, resgatando a experiência de mesário nas eleições desse que vos escreve, é possível conjecturar que partes das anulações se dão por erro de digitação. Não foram poucas as vezes que eleitores saíram da cabine de votação sem ter concluído o processo, comumente, esses alegaram que já tinham votado nos seus candidatos. Também não foram raras as vezes em que a urna deu a indicação sonora do encerramento da votação e o eleitor continuou digitando. Quando indagado de que sua votação havia encerrado, o eleitor reagiu afirmando que ainda não havia votado em todos os seus candidatos.

retrospectivas da economia: pessoal e sociotrópica (escala de 2 a 10 pontos)" (*idem*). Os autores concluem que os votos brancos e nulos apresentam relação com o funcionamento das instituições representativas mensurado pela confiança nas instituições, bem como, pelo descontentamento com o processo político anterior e com a economia.

Em relação aos estudos sobre alienação eleitoral em Moçambique, os estudos são bastante escassos. Essa escassez foi diagnosticada por Victorino e Souza (2016) em seu artigo "*Pobreza e Alienação Eleitoral em Moçambique*" ao afirmar que "em Moçambique cujo sistema eleitoral adota o voto facultativo, as taxas de alienação eleitoral são bastante elevadas e existem poucos estudos que se lançaram numa tentativa de entender este fenômeno". Por esta razão o autor se baseou nos estudos feitos no Brasil, mesmo sabendo que se trata de sistemas políticos diferentes.

Assim, para compreender os determinantes da alienação eleitoral em Moçambique, os autores analisaram a alienação eleitoral, utilizando duas variáveis, sendo o índice de pobreza e taxa de alfabetização que caracterizam a sociedade moçambicana. Os achados indicam que os baixos índices de alienação eleitoral ocorrido nas duas primeiras eleições, 1994 e 1999, estavam associados a fatores históricos do país⁸; notadamente, a expectativa criada na população sobre a adoção de um novo regime de governo. Porém, após a realização da terceira eleição a confiança da população começou a diminuir e o índice de alienação eleitoral cresceu consideravelmente, superando os votos obtidos pelos dois primeiros colocados nas eleições presidências⁹. Os autores indicam que o retorno esperado pelo eleitor após duas eleições teria pesado no momento da escolha entre comparecer, anular ou votar em branco. Além disso, fatores como pobreza e educação teriam influenciado em grande parte na decisão do eleitor nas eleições presidenciais de 2004 e 2009.

Luis de Brito (2009a), em "*Sobre os Votos nulos*", faz um análise sobre a relação entre os votos nulos e o nível educacional dos eleitores, baseado na hipótese de que em zonas onde a taxa de analfabetismo é maior há uma maior tendência de o eleitorado votar nulo. Ao longo do estudo observou que em zonas urbanizadas onde há uma maior concentração do eleitorado com maior nível educacional, há uma redução dos votos nulos comparado com as zonas rurais. O autor também faz menção a fatores institucionais, observando que as juntas de apuração sob controle do partido governista apresentam condições para manipular resultados. Isto acontece principalmente em regiões onde a oposição é dominante, onde a taxa de alienação é maior relativamente às regiões onde o partido governista é dominante. Outro aspecto considerado pelo autor, esta associado pela insatisfação dos eleitores em relação às instituições políticas (Brito, 2009b).

Já o estudo de Marc de Tollenaere (2013); faz uma análise das abstenções a partir da comparação entre o cadastro eleitoral oficial existente entre 1994 e 2004. O autor concluiu

⁸ Um ano após a Independência Nacional, se desencadeou uma Guerra civil em Moçambique, que durou aproximadamente 16 anos (não existe um consenso em torno da duração da guerra civil), que culminou com a introdução da nova constituição em 1990 e assinatura dos acordos de paz na capital da Italiana, cidade de Roma em 1992, de 1975 até 1990 era vigente em Moçambique, o Sistema de Partido Único.

⁹ Ver em Victorino et Al (2017), no qual analisa a geografia da alienação eleitoral nas eleições presidências de 2009 em Moçambique, Trabalho apresentado no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política.

que a ausência de controle por parte das juntas eleitorais sobre o efetivo real de eleitores gera graves distorções na leitura destes indicadores. As taxas de abstenções, por exemplo, são bastante controversas: 12,1% em 1994; 30,5% em 1999; 66,9% em 2004 e 55,7% em 2009. Para o autor grande parte dos resultados apresentados resulta da distorção dos dados do recenseamento eleitoral, pois desde o primeiro recenseamento em 1994, quase não houve atualizações. O sistema apenas permitiu a inclusão de novos eleitores que haviam completado idade eleitoral (18 anos), mas não retiraram do sistema os eleitores não aptos (acima de 70 anos), aqueles que faleceram, além de que se tornou bastante comum à duplicação de cadastros, com aqueles eleitores que mudaram de município e se cadastraram novamente no novo local de moradia sem cancelar o cadastro anterior.

Salvador Forquilha (2017), no seu relatório de pesquisa intitulado *"Beira-Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral"*, deu maior foco a questões relacionadas com abstenção eleitoral no âmbito local. Ao longo da sua pesquisa, o autor constatou que nos municípios onde há maior competição política entre situação e oposição, há maior probabilidade de situações de violência envolvendo forças de repressão e apoiadores das legendas. Esta situação reduz a confiança nos órgãos de segurança e gestão eleitoral, se refletindo na ausência de participação. Outra constatação foi de que o baixo desempenho do governo na provisão dos serviços básicos, assim como a dificuldade no acesso aos diversos fundos governamentais¹⁰, cria um sentimento de exclusão coletiva, fato que contribui para o aumento das abstenções.

3. Cadastramento do Eleitorado nas Eleições Presidenciais em Moçambique de 1994 a 2009.

O processo de transição democrática em Moçambique foi resultado do Acordo Geral de Paz¹¹ realizado na década 1990, o que deu fim a guerra entre duas forças políticas que durou 16 anos. Este acordo propiciou a abertura ao multipartidarismo, assim como, a concretização de um processo eleitoral que culminou com as primeiras eleições gerais¹² em 1994. Esse processo desencadeou a integração dos antigos partidos beligerantes FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e os partidos não beligerantes no cenário político nacional.

Assim, como resultado deste processo, em 1993 houve o primeiro grande cadastramento dos eleitores para participarem das eleições gerais no país. Em 2008 houve novo recadastramento para atualizar os dados em razão do processo de informatização das

¹⁰ Fundos do Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU), o equivalente do Fundo de Desenvolvimento Distrital, vulgarmente conhecido como "sete Milhões".

¹¹ As negociações do Acordo Geral de Paz abriram espaço para entrada de novos atores no cenário político em Moçambique, esse processo decorre de um longo período de guerra civil que assolou o território moçambicano de 1976 a 1990, culminando com a assinatura do Acordo Geral de paz entre a FRELIMO e a RENAMO, ocorrido em Roma, capital Italiana, no ano de 1992.

¹² As eleições presidenciais em Moçambique são conjugadas com as eleições Legislativas.

juntas eleitorais. Ocorreram também três (3) atualizações dos cadastros eleitorais, em 1998, 2003 e 2013.

Para demonstrar a magnitude da desatualização dos cadastros, comparou-se a variação percentual entre o número de eleitores inscritos no transcurso das quatro eleições analisadas. A variação percentual foi estabelecida com base no cálculo de variação estabelecido na seguinte fórmula:

O % da variação é igual a $\Delta\% \left[\left(\frac{AT}{AN} \right) - 1 \right]$; onde AT (Valor Atual) e AN (Valor Anterior).

Com base nos dados analisados observa-se grande variação no cadastramento do eleitorado entre as unidades que compõem a geografia política de Moçambique. Algumas provinciais cresceram significativamente seu corpo eleitoral ao longo do período analisado, enquanto outras tiveram redução no contingente de eleitores.

Gaza, por exemplo, teve um aumento de 14,7 % em seu eleitorado no transcurso da eleição de 1994 para 1999. No período seguinte (1999/2004) o eleitorado desta província continuou crescendo significativamente com cerca de 51,3%, mas no período de 2004 a para 2009 teve redução na taxa de crescimento do eleitorado com -10,2%. Outro exemplo ilustrativo é a província de Maputo Cidade, cujo crescimento no transcurso da eleição de 1999 para 2004 chegou a 64,4%, mas na eleição seguinte o aumento foi de apenas 4,6%. Observa-se que no período de 1999/2004 praticamente todas as províncias de Moçambique tiveram crescimento bem expressivos no cadastramento eleitoral com percentuais acima de 30%, sendo que algumas chegaram a ter mais de 60% de crescimento em seu contingente eleitoral.

Entre 2004 e 2009 as taxas de crescimento do eleitorado começam a declinar situando-se em torno de 8,8 (máxima) e -10,2 (mínima). Isto indica que neste período algumas províncias tiveram um crescimento bastante incipiente quando comprado ao período anterior e algumas, inclusive, tiveram redução no contingente eleitoral. Isto demonstra que os recadastramentos e a maior eficiência conferida pela informatização dos dados estão possibilitando maior controle e segurança na contagem dos eleitores, evitando o duplo cadastro e exclusão de eleitores não aptos¹³, bem como, eliminando os eleitores que morreram, e, portanto, devem ser retirados do cômputo do colégio eleitoral das províncias.

¹³ Referimo-nos aos eleitores não aptos, aqueles que por algum motivo tenham dificuldades de exercer o seu direito cívico, devido a questões de saúde bem como a idade avançada.

Tabela 1: Variação Percentual no cadastro Eleitoral em Moçambique de 1994 a 2009

Província	Eleitores Inscritos				Variação % por período Eleitoral		
	1994	1999	2004	2009	1994/1999	1999/2004	2004/2009
Cabo Delgado	551.716	618.451	828.268	879.139	12,1%	33,9%	6,14%
Gaza	405.448	465.151	703.895	631.924	14,7%	51,3%	-10,2%
Inhambane	461.725	495.981	656.573	655.462	7,4%	32,4%	-0,17%
Manica	322.672	421.266	580.602	670.578	30,6%	37,8%	15,5%
Maputo Cidade	462.957	455.640	675.757	709.468	-1,6%	48,3%	5,0%
Maputo Província	334.802	369.234	607.055	635.025	10,3%	64,4%	4,6%
Nampula	1.286.002	1.434.764	1.974.655	1.800.147	11,6%	37,6%	8,8%
Niassa	281.292	356.693	496.829	538.386	26,8%	39,2%	8,4%
Sofala	493.613	593.877	857.156	811.837	20,3%	44,3%	-5,3%
Tete	378.051	503.422	737.589	717.380	33,2%	46,5%	-2,7%
Zambézia	1.170.564	1.384.626	1.867.024	1.807.687	18,3%	34,8%	3,2%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CNE-STAE

4. As Abstenções nas Eleições Moçambicanas de 1994 a 2009.

Entende-se por abstenção eleitoral aquela situação em que os eleitores mesmo formalmente cadastrados no sistema eleitoral não comparecem no dia da votação e, portanto, abrem mão do direito de escolha. Níveis elevados de abstenção pode indicar falta de motivação, insatisfação ou protesto com o sistema político ou ainda dificuldade da população em escolher os representantes que melhor atendam seus interesses e demandas por políticas governamentais.

Desde meados da década de 1990, a redução do comparecimento eleitoral tem caracterizado os regimes democráticos de forma acentuada. Esse cenário tem afetado tanto as democracias industriais desenvolvidas quanto as democracias emergentes (Oliveira, 1999). No contexto moçambicano, a primeira eleição multipartidária realizada em 1994 apresentou um contingente de comparecimento bastante elevado, com participação média acima de 87%. A partir de então, há considerável declínio na participação em todas as províncias: média de 70,7% em 1999; 35,3% em 1994 e uma ligeira recuperação em 2009 com uma média de comparecimento de 46,7%.

Tabela 2: Comparativo entre o comparecimento e abstenção eleitoral de 1994 a 2009

Província	Participação % dos votantes							
	1994		1999		2004		2009	
	Comp.	Abstenção	Comp.	Abstenção	Comp.	Abstenção	Comp.	Abstenção
Cabo Delgado	94,2	5,8	76,0	24,0	36,6	63,4	45,8	54,2
Gaza	89,9	10,1	80,9	19,1	47,0	53,0	63,0	37,0
Inhambane	87,2	12,8	62,5	37,5	27,7	72,3	45,9	54,1
Manica	83,9	16,1	72,8	27,2	35,6	64,4	43,7	56,3
Maputo Cidade	86,3	13,7	76,8	23,2	38,7	61,3	52,1	47,9
Maputo Província	87,3	12,7	74,1	25,9	35,6	64,4	46,5	53,5
Nampula	90,2	9,8	67,5	32,5	25,0	75,0	38,6	61,4
Niassa	88,9	11,1	69,9	31,1	30,1	69,9	38,8	61,2
Sofala	87,1	12,9	62,2	37,8	36,0	64,0	44,9	55,1
Tete	83,2	16,8	70,4	29,6	50,4	49,6	61,2	38,8
Zambézia	85,2	14,8	65,6	34,4	25,6	74,4	33,4	66,6
Média	87,6	12,4	70,7	29,3	35,3	64,7	46,7	53,3

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CNE-STAE

Na mesma medida em que decresce a participação observa-se um aumento significativo nas abstenções, que chega à eleição de 2004 e 2009 a representar a média de 64,7% e 53,3% respectivamente do total e eleitores que não compareceram as urnas para votar. Ou seja, mais da metade da população moçambicana abriu mão de seu direito constitucional de escolher seus governantes.

Isto poderia indicar uma insatisfação do eleitorado moçambicano com os resultados da redemocratização, e sua não concordância com os candidatos e partidos que se lançaram no mercado de votos, entretanto, isto pode não ser completamente verdadeiro, pois, a ausência de controle nos cadastros, a dupla inscrição e a não atualização do contingente eleitoral, pode ter superestimado o número total de eleitores inscritos alterando os resultados da participação e das abstenções.

Os dados sugerem que a partir de 2009, em razão dos esforços empreendidos pelo governo para atualizar os cadastros, informatizar o sistema e evitar a dupla inscrição, os dados já fornecem certa credibilidade em relação a participação dos eleitores moçambicanos e os dados sobre abstenções devam se tornar mais claros e confiáveis a partir das próximas eleições.

De qualquer forma, considerando-se a redução da participação como uma variável relevante, este cenário pode ter sido influenciado por diversos fatores, tanto de ordem socioeconômica, quanto histórica, ecológica ou por fatores de ordem política e institucional.

Nas primeiras eleições, a elevada participação se estabeleceu devido a grande expectativa produzida na população pelos benefícios que adviriam do fim da guerra, com a retomada do crescimento econômico e melhores possibilidades na geração de emprego e renda. Neste contexto a população moçambicana pareceu querer legitimar a solução pacífica, comparecendo maciçamente no processo de transição democrática.

A partir da primeira eleição, entretanto, como as expectativas sobre a capacidade do estado democrático em resolver os problemas sociais não se concretizou, o apoio social à democracia passou a acompanhar a redução das expectativas sociais sobre os resultados eleitorais.

Borsani (2003), em um estudo realizado sobre o impacto das eleições na economia já evidenciava que a eleição apresenta um duplo significado. Primeiramente, há um acerto de contas com o passado e a escolha do eleitor se apresenta como uma atitude de prêmio ou castigo sobre as ações políticas realizadas no passado. Mas, por outro lado, a escolha é fruto de uma aposta orientada para o futuro, onde o eleitor faz sua opção, assumindo uma posição oportunista, subordinada ao cálculo sobre o que os políticos podem trazer de benefícios para si e para a comunidade onde habitam. Conforme as conclusões sobre o desempenho político na conjuntura imediatamente anterior, e de acordo com as expectativas sobre os benefícios futuros, o eleitor toma sua decisão: votar, protestar ou tornar-se indiferente ao processo eleitoral. Santos (2003) concorda com esta observação ao afirmar que o processo político comporta credibilidade que pode ser entendido como o retorno esperado do voto em relação às expectativas futuras. Quanto maior a expectativa deste retorno, maiores as taxas de participação e, quanto menor a expectativa, maiores as taxas de indiferença social quanto à capacidade do processo político em resolver as demandas da população.

Outro fator explicativo importante no processo de participação política esta nos níveis de educação e informação presente nos espaços de votação. É válido lembrar que a maior parcela da população moçambicana, cerca de 70,2%, reside em áreas rurais, além de possuírem reduzida escolaridade e baixa renda. Estes fatores podem se constituir como elementos explicativos da redução da participação ao longo do tempo na experiência democrática moçambicana.

Robert Dahl (2001) observa que o funcionamento da democracia depende da educação cívica, entendida pelo autor como aquela conseguida pela infraestrutura educacional existente e pela possibilidade de acesso aos meios de informação e também pela atuação dos partidos políticos. Isto indica que quanto menor o acesso a educação, e a informação e menores as taxas de atuação dos partidos junto aos eleitores, menores são as taxas de participação e interesse social pelo processo político. Neste aspecto os baixos indicadores de educação, renda e infraestrutura urbana presente na maioria das províncias de Moçambique possam ter influenciado a participação dos moçambicanos no processo político ao longo do processo de redemocratização.

Schumpeter (1961), por exemplo, observa que a maioria dos cidadãos comuns não estão capacitados a participar da política. Seja porque não se interessam ou não tem uma real dimensão da sua complexidade, ou porque estão mais preocupados com os problemas que

afetam a sua vida cotidiana. Para o autor, o senso de realidade do indivíduo diminui na medida em que os problemas se distanciam daqueles do seu dia-a-dia.

5. Comportamento das abstenções, votos Brancos e Nulos e a Alienação Eleitoral em Moçambique.

Se a abstenção refere-se ao conjunto de eleitores que mesmo cadastrados não comparecem para se manifestar no processo de escolha eleitoral, os votos brancos e nulos respondem pela parcela de eleitores que se dirigem as urnas no dia da votação, mas, por algum motivo, não escolhem nenhum candidato, preferindo votar em branco ou anular seu voto.

Grohmann (1997) alerta para o fato de que a abstenção, votos brancos e nulos, não apresentam os mesmos significados no processo político. A abstenção, por exemplo, pode indicar tanto desinteresse pelo processo eleitoral quanto erros cadastrais que podem superestimar o número de eleitores (mortes e transferências de domicílios não comunicadas, por exemplo). Já os votos em branco indicam indiferença ou incapacidade de escolher, e os votos nulos podem encerrar um protesto político ou erro no preenchimento das cédulas.

A tabela 3 demonstra de forma geral como tem evoluído o comportamento dos votos brancos e nulos ao longo do período analisado. Os dados indicam que estas duas variáveis não são as mais relevantes para as elevadas taxas de alienação eleitoral, situando-se em torno de 2,9% (mínima) e 6,0% para os votos brancos e 3,9% (mínima) e 5,1% (máxima) para os votos nulos. Esses percentuais de anulação do voto e votos brancos quase não apresentaram variações muito expressivas no transcurso das eleições analisadas, indicando que a parcela do eleitorado que efetivamente compareceu às urnas no dia da votação, exerceu efetivamente seu direito de escolha e legitimou os candidatos e partidos que se lançaram no mercado de votos.

Tabela 3: Percentual nacional¹⁴ da abstenção, votos brancos, nulos e alienação eleitoral nas Eleições Presidenciais em Moçambique de 1994 a 2009.

Anos	Abstenção	Votos brancos	Votos nulos	Nulos + brancos	Alienação
1994	12,1%	5,8 %	5,1 %	10,9%	23,0 %
1999	30,5%	6,5 %	3,9 %	10,4%	40,9 %
2004	66,9%	2,9 %	4,0 %	6,9%	73,8 %
2009	55,7%	6,0 %	4,5 %	10,5%	66,3 %

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CNE-STAE

¹⁴ O percentual das abstenções foi calculado tendo em conta os eleitores aptos para votar, enquanto que os votos nulos e brancos foram calculados tendo como referência os eleitores que exerceram o seu direito de voto, sendo assim a alienação eleitoral é o somatório dessas três variáveis.

Esta informação contraria os dados observados nas abstenções cuja elevação ao longo do tempo tem sugerido desinteresse ou insatisfação da população com os resultados do processo de democratização. De fato, a maior contribuição para os elevados índices de alienação eleitoral, está justamente nas abstenções, mas, como já evidenciado, este indicador pode ter sido comprometido pela ausência de controle e fiscalização por parte das instituições de regulação das eleições em Moçambique, o que superestimou sua contribuição para os indicadores de alienação eleitoral.

Se olharmos os resultados presentes nos votos brancos e nulos, que representam os votos daqueles eleitores cadastrados que efetivamente compareceram no dia da votação, os dados indicam certa estabilidade ao longo das quatro eleições analisadas, não havendo discrepâncias significativas nos transcurso de uma eleição para outra. Se aceitarmos a suposição de Grohmann (1997), que votos brancos ou nulos indicam indiferença, protesto ou incapacidade de escolher, podemos concluir que os eleitores moçambicanos, principalmente aqueles que comparecem estão sim participando do processo político, legitimando seus candidatos e apoiando a democracia.

6. Condicionantes da alienação eleitoral nas eleições presidências

De forma a ampliar a compreensão sobre a real dimensão da alienação eleitoral com o processo político que se desenvolve em Moçambique o estudo procurou relacionar alguns indicadores socioeconômicos com as variáveis componentes da alienação eleitoral. Desta forma foram selecionados cinco indicadores de desenvolvimento que permitem diferenciar as províncias componentes da geografia política de Moçambique: 1) % de Analfabetismo da População adulta; 2) % da População Urbana; 3) Extensão Territorial e, 4) Densidade do eleitorado. Estes indicadores foram correlacionados com as variáveis componentes da alienação eleitoral (abstenções, votos brancos e nulos) de forma a perceber a existência de correlação entre elas e a intensidade desta correlação.

Em relação ao fenômeno das abstenções as correlações estabelecidas indicam que das cinco variáveis socioeconômicas testadas a taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade e a intensidade da pobreza apresentam as relações mais significativas com o fenômeno do não comparecimento. Estas duas variáveis apresentaram uma relação positiva moderada com o fenômeno estudado.

O percentual da população urbana e densidade do eleitorado apresentaram uma relação positiva fraca com as abstenções, o que indica a presença de uma relação, mas por se constituírem numa relação fraca, estas duas variáveis não são suficientes para explicar o fenômeno da ausência de participação nas eleições presidenciais. Em relação à extensão territorial esta apresentou uma relação negativa fraca com as abstenções.

Em torno dos votos brancos podemos observar que há uma relação positiva fraca com o indicador taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade e densidade

do eleitorado, enquanto que o aumento da taxa da população urbana, extensão territorial e intensidade da pobreza apresentaram uma relação negativa fraca. Os votos nulos, a variável densidade do eleitorado e taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade, apresentou uma relação positiva fraca, enquanto que a variável taxa da população urbana, extensão territorial e intensidade da pobreza mostraram uma relação negativa fraca.

Tabela 4: Correlação linear (r) entre taxa de abstenção, votos nulos e brancos e as variáveis predictoras nas eleições presidenciais

Matriz de Correlação				
Variáveis		% Abstenção	% Votos Brancos	% Votos Nulos
% de Analfabetismo da Pop. de 18 anos ou mais de idade	Pearson	0,529	0,262	0,035
	Sig.	0,000	0,002	0,679
% da População Urbana	Pearson	0,066	-0,327	-0,265
	Sig.	0,433	0,000	0,001
Extensão Territorial	Pearson	-0,211	-0,122	-0,034
	Sig.	0,012	0,150	0,689
Intensidade da Pobreza	Pearson	0,528	0,303	-0,007
	Sig.	0,000	0,000	0,930
Densidade do eleitorado	Pearson	0,154	0,317	0,149
	Sig.	0,068	0,000	0,076

Nota: Correlação significativa ao nível de 0.01 ($p < 0.01$) e 0.05 ($p < 0.05$)

Fonte: Elaborada pelos autores 2018

Por um lado, constatou-se que o aumento das abstenções, votos nulos e brancos estão relacionados com a taxa de analfabetismo da população com 18 anos ou mais de idade e a densidade do eleitorado. Por outro lado, a redução das abstenções, votos nulos e brancos estão relacionados com a extensão territorial. Porém, as variáveis taxa da população urbana e intensidade da pobreza estão associadas com o aumento das abstenções e com a redução dos votos nulos.

Em relação aos votos brancos, a taxa da população urbana tem um efeito redutivo, ao passo que a intensidade da pobreza tem um efeito aumentativo. Os votos nulos e brancos aproximam-se da abstenção na maioria das variáveis, excetuando a taxa da população urbana e intensidade da pobreza, o que sugere outra leitura para os votos nulos e brancos para melhor percepção. Assim, questões como barreiras ecológicas, custo de oportunidades estão por trás da decisão do eleitor em comparecer ou não nas urnas, assim como a sua decisão voluntária ou involuntária em votar nulo ou branco, algo próximo das constatações de Lima Júnior (1990, 1993); Costa (2007); Julian Borba (2008); Silva (2013) ao analisar as eleições presidenciais brasileiras.

Buscando perceber em que medida as variáveis predictoras influenciam nas variáveis critérios elucidando o real peso de cada uma destas variáveis independentes na variável

dependente utilizou-se a regressão linear múltipla para cada uma das variáveis critérios com objetivo de aprofundar a compreensão da natureza das relações e do impacto que as variáveis predictoras causam nas variáveis critérios.

O primeiro modelo analisado é o das abstenções. Inicialmente, apresentou uma relação tipo positiva fraca e moderada com as variáveis predictoras. Este fato se confirma quando da análise do R-quadrado (R^2) do modelo, apesar do modelo explicar apenas 32% das abstenções. Dentre as variáveis independentes, a intensidade da pobreza é a que mais afeta positivamente a ocorrência das abstenções, seguida pela taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade e, por fim, a densidade do eleitorado. A taxa da população urbana impacta negativamente segundo os valores do Beta de cada variável independente.

Passando para o modelo dos votos brancos, verificou-se que esta variável apresentou uma associação positiva e negativa fraca com as variáveis predictoras. Isso se confirma quando analisados os dados segundo o R-quadrado (R^2) do modelo. Apesar de a significância estar assegurada, o modelo explica apenas 36% dos votos brancos nas eleições presidenciais. Dentre as variáveis predictoras, a intensidade da pobreza é a que mais afeta positivamente a ocorrência dos votos brancos, seguida pela densidade do eleitorado e, por fim, pela taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade. A taxa da população urbana impacta negativamente segundo os valores do Beta de cada variável independente.

Em relação aos votos nulos, o modelo não se mostrou muito explicativo. Constata-se que o conjunto de variáveis independente consegue explicar apenas 10% da ocorrência dos votos nulos nas eleições presidenciais de acordo com o R-quadrado (R^2). Porém individualmente, as variáveis independentes apresentam comportamentos interessantes, sendo que as variáveis ligadas à intensidade da pobreza e à taxa da população urbana foram as que mais impactam negativamente. A variável taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade e densidade do eleitorado foram as que mais impactam positivamente nos votos nulos de acordo com os valores do Beta de cada variável independente.

Tabela 5: Modelos de Regressão

Variáveis Independentes	% Abstenções			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Analfabetismo da Pop. de 18 Anos ou mais de idade	0.092**	0.301	R-quadrado	0.326
Intensidade da Pobreza	0.135**	0.324		
Densidade do eleitorado	3.180	0.029		
% da População Urbana	-0.039	-0.135	Sig.	0.000
Variáveis Independentes	% Votos Brancos			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Analfabetismo da Pop. de 18Anos ou mais de idade	0.002	0.026	R-quadrado	0.360
Intensidade da Pobreza	0.044**	0.397		
Densidade do eleitorado	7.070**	0.248		

% da População Urbana	-0.035**	-0.471	Sig.	0.000
Variáveis Independentes	% Votos Nulos			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Analfabetismo da Pop. de 18 Anos ou mais de idade	0.006	0.113	R-quadrado	0.101
Intensidade da Pobreza	-0.002	-0.022		
Densidade do eleitorado	2.674	0.129		
% da População Urbana	-0.016**	-0.294	Sig.	0.005

* Refere-se ao impacto que cada variável preditora tem sobre as dependentes, ou seja, aumentando-se uma unidade na independente, qual será a variação obtida na dependente

** A respetiva variável apresentou valor significativo

Fonte: Elaboração do autor 2018

Olhando os testes podemos concluir que as abstenções, votos nulos e brancos são afetados positivamente pela taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade e densidade do eleitorado. A intensidade da pobreza afeta positivamente a abstenção e votos brancos, inversamente esta possui um impacto contrário aos votos nulos. A taxa da população urbana se mostrou com efeito negativo para as abstenções, votos brancos e nulos.

O baixo índice de escolaridade ao mesmo tempo em que contribuem substancialmente para ocorrência das abstenções, votos nulos e brancos, podemos considerar que em ambientes de alto índice de educação os votos nulos e brancos também são afetados, relativizando a tese do voto nulo e branco enquanto protesto. Considerando o impacto a escolaridade e pobreza no cenário moçambicano e olhando para uma das medidas da qualidade da democracia que é o nível de participação política de cada sociedade, podemos enquadrar Moçambique à luz do conceito de Puhle (2017), como uma "democracia defeituosa". Pois, apesar de existir eleições livres com governos eleitos legitimamente, eles não são plenamente democráticos de ponto de vista econômico e social, o que pode colocar em risco o fortalecimento da democracia, havendo possibilidade de eclodir, no futuro, conflitos internos entre os partidos políticos.

Em suma, os dados apontam é para uma corroboração em parte das explicações, demonstrando assim que o que motiva o eleitor a abster-se é diferente do que o leva a votar nulo e branco, conforme demonstrado por Lima Júnior (1990) reiterado por Costa (2007); Julian Borba (2008); Silva (2013). A abstenção encontra uma relação positiva com a intensidade da pobreza, taxa de analfabetismo e densidade do eleitorado, já o voto branco e branco encontra uma relação positiva com a densidade do eleitorado e a taxa de analfabetismo. Importa referir que as eleições em Moçambique operam sob o voto facultativo.

7. Considerações finais

Este artigo busca contribuir para uma avaliação sobre os condicionantes da alienação eleitoral em Moçambique, dialogando com fatores socioeconômicos. Buscamos analisar a

realidade moçambicana, partindo da discussão que é levada a cabo no Brasil, na qual fatores de nível macro (contexto) assim como de nível micro (indivíduo) são fundamentais para ocorrência da alienação eleitoral.

Há uma necessidade de estudar esse fenômeno de uma forma desagregada, visto que as determinantes do comportamento abstencionista não são os mesmos que influenciam nos votos brancos e nulos Lima Júnior (1990) reiterado por Costa (2007); Julian Borba (2008); Silva (2013, 2014). De acordo com os autores supracitados, a abstenção eleitoral estaria relacionada com a questão da renda, escolaridade e questões atitudinais do próprio eleitor, enquanto que o voto branco e nulo estaria estreitamente ligado a insatisfação do eleitor com o funcionamento das instituições políticas.

Apesar da complexidade no que concerne aos condicionantes da variação do comportamento alienado do eleitor, os resultados estatísticos apontam para uma associação entre algumas variáveis socioeconômicas na causalidade deste fenômeno, associações estas oriundas do desnível socioeconômico entre as regiões, que podem criar obstáculos no engajamento do eleitor no momento de se dirigir às urnas e exercer seu direito cívico, porém, se torna possível notar uma divergência em torno de algumas variáveis explicativas.

Acreditamos que em contextos diversificados essas consequências tendem também a ser diversificadas, ou seja, há que esperar com que os resultados desses condicionantes sejam afetados de maneira não homogênea pelos valores ou perfil de cada região. Podemos assim afirmar que a teoria pode sofrer um entrave quando aplicada a um tipo de sociedade diferente da que foi testada. Assim sendo, vemos que o debate está apenas iniciando, e consideramos factível antever uma época de bastante controvérsia, importa referir que essa controvérsia, permitirá que surja um debate bastante profundo em relação aos condicionantes dos votos nulos e brancos nas democracias emergentes.

Devido à ausência de surveys eleitorais no contexto moçambicano, não se aprofundou a nível atitudinal, para maior percepção sobre componentes que permitem compreender a ocorrência de votos nulos e brancos, vistos que estes também podem ocorrer sob questão de protesto em ambientes mais escolarizados.

Assim, é importante continuarmos a questionar o que leva o eleitor a enfrentar longas distâncias para fazer o cadastro eleitoral, e conseqüente não ir votar? Assim como o que leva o eleitor a suportar enormes fileiras, deixando seus outros afazeres para posteriormente votar nulo e branco?

Referências bibliográficas

Bohn, Simone R. 2004. Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, 10 (2): 288-338.

Borba, J. 2008. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. *Revista Debates*, 2: 134-157.

- Brito, Luis de. 2009a. *Sobre os Votos Nulos. Ideias*, Boletim N°8, Maputo: IESE.
- Brito, Luis de. 2009b. *Uma análise preliminar das eleições de 2009*. Ideias, Boletim N°22, Maputo:IESE.
- Brito, Luís de. 2008. *Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique*. Coleção de Discussion Papers do IESE, No. 4.
- Borsani, Hugo. 2003. *Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Costa, H. de O. 2007. *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)*. Porto Alegre: Sulina. Natal: Ed. UFRN.
- Figueiredo, Marcus Faria. 2008. *A decisão do voto-democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Figueiredo, Marcus. 1991. *A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré.
- Fornos, A.C.; Power, T.; Garand, J. 2004. Explaining Voter Turnout in Latin América, 1980 to 2000. *Comparative Political Studies*, 37(8): 909-940.
- Forquilha, Salvador. 2017. *Beira-Clievagens Partidárias e abstenção eleitoral*. Relatório de Investigação número 4, Maputo: IESE.
- Freire, A. Magalhães, P. 2002. *Abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa: ICS–Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A. 2001. *Modelos do Comportamento Eleitoral: uma breve introdução crítica*. Lisboa: Celta, 2001.
- Huntington, Samuel. 1994. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Key, V.O. 1966. *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting 1936-1960*. Cambridge: Mass: Harvard University Press.
- Kramer, G. H. 1971. Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior. *APSR*, LXV(1): 131-143.
- Lima Júnior, O. B. 1990. A alienação eleitoral e seus determinantes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(5). Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm. Acesso em dezembro 2016
- Lima Junior, Olavo Brasil de. 1993. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola.
- Mazula, Brazão. 1995. As Eleições Moçambicanas: Uma trajetória da Paz e da Democracia. In Mazula, Brazão (org.), *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, p.25.
- Nicolau, Jairo Marconi. 2012. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Oliveira, Luzia Helena Herrmann de. 1999. Voto obrigatório e equidade um estudo de caso. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4): 144-152.

Puhle, Hans-Jungen. *Problemas de consolidación democrática y "democracias defectuosa"*. Disponível em: <http://www.top.org.ar/ecgp/FullText/000000/PUHLE%20Hans%20Jungen%20-%20Problemas%20de%20consolidacion%20democratica.pdf>. Acessado em: 17/12/2017.

Ramos, P. N. 2006. *Alheamento eleitoral: legitimidade democrática e o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções*. Brasília: Mimeo.

Ribeiro, E. A.; Borba, J.; Silva, R. 2015. Comparecimento Eleitoral na América Latina: uma análise multi-nível comparada. *Rev. Sociol. Polit.*, 23 (54): 91-108.

Santos, W. G. 1987. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ.

Santos, W. G. 2003. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ.

Silva, R. 2013. Alienação Eleitoral: um estudo comparado das bases sociais e atitudinais. *Revista Andina de Estudios Políticos*, 3(1): 109-133.

Schumpeter, Joseph. 1961. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Silva, R.; Gimenes, E. R.; Borba, J.; Ribeiro, E. 2014. A. Votos Brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa*, 23(2): 58-75.

Sitoe, Eduardo. 2006. Abstenções: Perspectivas e Desafios para a Consolidação da Democracia. In Mazula, Brazão (org.), *Moçambique: Eleições Gerais 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral*, Maputo, p.156.

Tollenaere, Marc de. 2013. *Sobre resultados eleitorais e dinâmicos eleitoral em Sofala*. Ideias, Maputo: Boletim N°48.

Tufte, E.R. 1978. *Political Control of the Economy*. Princeton: Princeton University Press.

Victorino, A. P; Souza, C. A. 2016. Pobreza e alienação eleitoral em Moçambique, Pobreza e alienação eleitoral em Moçambique. *Revista Em Tese*, 13(2): 61-82.